

A relação entre a fonoaudiologia e a escola: reconstruindo possibilidades

Cynthia Lucia de Oliveira Siqueira*

Maria Inês Bacellar Monteiro**

Clínica e escola – o encontro

Sabemos que a fonoaudiologia esteve, desde seu surgimento, atrelada à educação, e esta relação começou marcada por uma visão biologizante do ensino. Para aprender, era necessário corrigir os desajustes atribuídos aos alunos, o que localizava o fonoaudiólogo como o profissional que deveria identificá-los e tratá-los.

Historicamente, percebemos que a crença na dificuldade inerente ao aluno e na clínica como local privilegiado para tratar essa dificuldade sempre permeou as ações educativas e, provavelmente, persiste no ideário de todo educador (Patto, 1993).

No Brasil, a confluência entre a psicologia experimental e a psicanálise resultou na instalação de clínicas de higiene mental (tratamento psicológico) no interior das escolas. Houve a fusão entre os campos da saúde e da educação, entre médico e professor, fazendo surgir a figura do médico escolar. Os espaços escola e clínica assumiram compromissos e representações comuns, alterando um e outro o seu espaço específico.

A causa do fracasso escolar era atribuída a desajustes emocionais e de personalidade e, mesmo quando se considerava que eles poderiam ser, não só do aluno, mas de sua família ou do próprio professor, os desajustes eram tratados como trazidos de fora da escola e nunca como se pudessem ser criados na própria escola.

Constituída a fusão escola/clínica, poderíamos dizer que as práticas fonoaudiológicas nasceram na confluência dos campos da medicina e da pedagogia, que visavam, dentre outras coisas, unificar a língua. Daí a fonoaudiologia enquadrar-se ora como

área de saúde, ora como área da educação e seu profissional ter sido constituído e especializado em padronizar e normatizar a língua dos sujeitos.

O fonoaudiólogo e a escola

Berberian (1995) discute com propriedade como se constituiu a parceria da clínica fonoaudiológica com a escola. Segundo a autora, cerca de quarenta anos antes do início dos primeiros cursos de fonoaudiologia, já se iniciava a prática dessa profissão não institucionalizada, pois os chamados “distúrbios da comunicação humana” foram captados antes e não depois da existência dos fonoaudiólogos. Os distúrbios sempre existiram, mas o seu tratamento se iniciou numa época em que a organização social zelava, dentre outras coisas, pelo bem falar. Assim, “no âmbito educacional, reservava-se ao mestre da língua nacional a mais notável função educativa no Brasil” (ibid., p. 39).

Os professores começam a assumir a função de eliminar os distúrbios da língua e, alguns deles, auxiliados por outros profissionais, tornaram-se, gradativamente, terapeutas. Dessa maneira, antes do aparecimento da fonoaudiologia, diversos estudos sobre as práticas utilizadas hoje por fonoaudiólogos já eram realizados por médicos, educadores e filólogos, e a terapia da palavra foi aos poucos ganhando especificidade e se desenvolvendo fora do universo da escola.

O terapeuta da linguagem e outros profissionais de saúde, que constituíram as clínicas higiênicas dentro da escola, tiveram como função identificar, localizar, mensurar e tratar os “desvios” apresentados pelos sujeitos. Aquele que se desviasse

* Mestre em Educação pela Unimep e membro do grupo de pesquisa Clínica Terapêutica-Fonoaudiológica: a Grupoterapia em Questão. ** Doutora em Psicologia pela USP, docente do Curso de Fonoaudiologia da Unimep e vice-líder do grupo de pesquisa Clínica Terapêutica-Fonoaudiológica: a Grupoterapia em Questão.



do padrão esperado deveria ser tratado de maneira diferenciada e ser isolado, a fim de não comprometer nem prejudicar a ordem escolar. A função da escola era homogeneizar e a diversidade era trabalho para as clínicas, como parece acontecer até os dias de hoje.

O fonoaudiólogo na escola

Apesar de as práticas fonoaudiológicas terem sido iniciadas já na década de 20, como foi visto anteriormente, foi na década de 60 que os primeiros cursos se institucionalizaram no Brasil. Nos anos 70, o fonoaudiólogo buscou o reconhecimento e a oficialização de seus cursos, bem como a definição e a ampliação de seu campo de trabalho, fazendo com que o fonoaudiólogo conquistasse mais espaços de atuação, dentre eles, a escola.

Nessa época, a clínica era apenas substituída pela escola e o fonoaudiólogo atuava diagnosticando e tratando as crianças com alterações de fala/linguagem dentro da instituição escolar. A prática desse profissional era bastante técnica, visando apenas corrigir alterações, sem levar em consideração o sujeito e seu contexto sócio-histórico.

A partir da década de 80 começa a haver uma reformulação na atuação desse profissional junto às escolas, que não estava mais voltado somente para a identificação e correção de problemas, mas também para a sua prevenção. O fonoaudiólogo, que antes se restringia a identificar crianças com alterações fonoaudiológicas nas escolas e a atendê-las dentro da própria escola ou encaminhá-las para uma clínica, passa a se preocupar também em desenvolver ações que impedissem o surgimento e/ou agravamento de tais alterações, ou seja, inicia um trabalho mais preventivo e menos curativo.

Vários são os estudos que relatam ou trazem alguma contribuição sobre a atuação da fonoaudiologia na escola e, dentre os que pudemos analisar (Ferreira, 1991; Giroto, 1999), parece constante o enfoque que esse profissional, mesmo quando voltado mais para a prevenção, ainda tem sobre o binômio saúde/doença, distanciando-se dos objetivos pedagógicos da instituição escolar.

As discussões dos trabalhos seguem sempre na linha de que o fonoaudiólogo não deve se restringir a executar triagens nas escolas e encaminhá-las para serviços de atendimento especializado, mas deve também se empenhar para que esses problemas não se instalem, atuando junto aos professores

e auxiliando na estrutura do plano pedagógico da escola. No entanto, percebemos que, mesmo quando pautado em ações mais coletivas do que individuais, procurando atuar sobre os educadores e não somente sobre as crianças, esse profissional acaba correndo o risco de transformar a escola em um espaço de patologização dos alunos.

A atitude de instrumentalizar os professores para detectar, tratar e encaminhar crianças com alterações acabou reiterando a idéia de alunos doentes, reforçou a rotulação das crianças pelos professores e atribuiu à fonoaudiologia o poder científico de controle de tais alterações.

Não negamos que existam crianças com comprometimentos orgânicos que necessitem de cuidados especiais; no entanto, questionamos se a função do fonoaudiólogo é detectar esses problemas como se a escola pudesse ser um “grande ambulatório”. Será a escola o local adequado para identificar crianças que necessitam de atendimento precoce? Será que, em todos os casos, detectar precocemente uma alteração e encaminhar a criança para um serviço especializado contribui, essencialmente, para uma melhora no aprendizado dessa criança ou será que instrumentalizar o professor acaba contribuindo para patologizar injustamente crianças e imunizar o sistema de ensino?

O encaminhamento parece ter uma lógica que justifica as ações, tanto do professor quanto do fonoaudiólogo, estabelecendo uma relação de complementaridade, na qual:

(...) a escola que se volta para a doença – tem indivíduos “doentes”, indivíduos com “problemas” – e que necessita fabricar essa doença para se justificar e justificar a doença, recebe o fonoaudiólogo com sua competência técnico-científica de especialista para diagnosticar/tratar/evitar a doença. (Scavazza, 1991, p. 126)

Entendemos que, ao invés de o profissional fonoaudiólogo se aproximar da área educacional em suas ações dentro da escola, ele se afastou dela, introduzindo privilegiadamente ações voltadas para a atuação clínica e não se envolveu com as relações de ensino/aprendizagem estabelecidas no interior da instituição escolar. Acreditamos que o percurso histórico das ações do fonoaudiólogo na escola faz parte da construção do ideário que os professores têm sobre o fonoaudiólogo e contribuem para a prática de encaminhamento que problematizamos neste trabalho.





A pesquisa realizada

Com o objetivo de compreender o ideário formado por professores e fonoaudiólogos sobre seus papéis e dos outros profissionais na atuação junto ao aprendiz, entrevistamos duas professoras com experiência em alfabetização infantil e duas fonoaudiólogas com experiência clínica.

A entrevista foi escolhida como abordagem técnica de coleta de dados por ser um instrumento que revela atitudes, valores e opiniões dos sujeitos, o que atendia à nossa expectativa de compreender o ideário que permeava as falas de nossos sujeitos.

Assumindo um modelo sócio-histórico de pesquisa, procuramos inserir os enunciados dos sujeitos entrevistados num contexto social mais amplo, considerando o lugar social que ocupavam e tomando suas falas enquanto produzidas e reproduzidas nas interações. Entendemos os sujeitos funcionando em seu contexto social, histórico e cultural, possuidores, sim, de uma singularidade, mas constituída nas relações que estabelecem com o meio e, portanto, representantes de idéias de um determinado grupo e não do sujeito isoladamente.

As entrevistas constituíram-se em diálogos sem nenhum roteiro prévio. Os sujeitos eram apenas situados sobre os objetivos da pesquisa e era solicitado que relatassem sobre sua formação e experiência profissional e comentassem sua atuação junto ao sujeito com alterações de leitura e escrita.

Optamos por uma entrevista não estruturada procurando contemplar melhor a abordagem sócio-histórica, pois esse tipo de entrevista permite uma relação mais dialógica entre pesquisadora e pesquisado, já que os enunciados são constituídos no momento específico da entrevista, sendo, portanto, produto desse encontro e revelando as condições imediatas e mediatas de produção.

Apesar dessa flexibilidade nos diálogos, as entrevistas não significaram uma conversa despreziosa e neutra, tínhamos algumas questões iniciais e, de acordo com o que era relatado pelos sujeitos, intervínhamos a favor de nossos objetivos.

Todas as entrevistas foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas.

Lurdinha

Lurdinha é uma professora de terceira série do ensino fundamental em uma escola estadual. Ela foi selecionada por ser a professora de uma criança,

atendida numa clínica-escola de fonoaudiologia, que ainda não conhecia as letras do alfabeto. Fez magistério em 1972, em seguida foi trabalhar no comércio, porque precisava ganhar mais do que o salário de professor. Depois de casada, em 1983, começou a dar aula e continua até hoje. Em 1987, fez pedagogia com ênfase em administração.

Sobre sua atualização profissional, comenta que está sempre fazendo cursos na delegacia de ensino, além das reuniões de HTPC.

O diálogo com Lurdinha (12/04/2003)

Encontrei-me com Lurdinha na sala de aula onde estava acontecendo a reunião de HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo). Estavam reunidas todas as professoras e, pelo que pude notar, era dia de entrega de alguns relatórios e planejamentos. A sala estava com a porta aberta e havia muitas crianças circulando nos corredores. Assim, em meio ao ruído interno e externo da sala, realizamos nossa entrevista.

Expliquei-lhe minha pesquisa e, sem que eu lhe fizesse nenhum questionamento, iniciou seu enunciado comentando sobre seu cotidiano, a escola, as dificuldades de seu trabalho, dos alunos.

A seguir, selecionamos trechos de seu relato, que revelam como entende seu papel e o do fonoaudiólogo relacionado às crianças que apresentam alterações de leitura e escrita:

Noooossa olha, a parte clínica da escola, aaai! Eu acho que eu vou exagerar, não acho que não, é imprescindível! Não pode ficar sem.

Eu tive uma aluninha... Ela demorava a pegar as coisas... Não dá para o professor da classe trabalhar com aquele tormento do lado. Tem que ter um profissional, é aquele trabalho que você espera o quanto quer, dá o tempo que é necessário. Agora ela tá na Fono, nooossa, menina desenvolveu... É necessário uma fono, uma psicopedagoga, uma psicóloga, precisa.

Ah, eu acho que o professor não dá conta por si só, porque às vezes, é necessário um profissional mesmo! O professor não está com essa bola toda não, não tem esse preparo todo.

Mas o clínico, não só ele... o fono precisa orientar o professor, olha ele tem isso aí, experimenta fazer dessa forma... O povo fala, você quer receita, não é receita, eu quero dicas, eu quero saber o que fazer, como eu vou lidar com esse problema? Não vamos discutir o que você já sabe, eu quero um conselho.

Os enunciados dessa professora identificam o trabalho clínico na escola como imprescindível. Ela



entende que o especialista consegue ensinar a criança porque tem uma condição privilegiada de trabalho, mas não é só isso. Ela também atribui a esse profissional um saber superior ao seu para trabalhar com as crianças que apresentam um desenvolvimento atípico dentro da sala de aula, porque, segundo suas palavras, “*o professor não está com essa bola toda não, não tem esse preparo todo*”.

As palavras de Lurdinha refratam e refletem a história das relações que se estabeleceram entre clínica e ambiente educacional. O que permeia o ideário de Lurdinha e, certamente, de todos nós, é que a clínica serve para diagnosticar e tratar os alunos com dificuldades, e ao profissional especialista é atribuído o preparo que o professor não tem.

Ela solicita alguém que possa contribuir com ela na reflexão sobre sua prática e nos relata que quando busca essa troca “*o povo fala, você quer receita*”, e ela completa, “*não é receita, eu quero dicas, eu quero saber o que fazer, como eu vou lidar com esse problema? (...), eu quero um conselho*”. Ela quer acertar, mas não tem segurança de estar no caminho correto.

Compreendemos que esses enunciados revelam a luta de classes e poderes que neles estão inscritos. A significação social do lugar e do papel que Lurdinha ocupa na sociedade, o de professor, inscreve-se na singularidade histórica de sua constituição, fazendo-a acreditar que pouco sabe sobre como ensinar seus alunos, “*mas o clínico, não só ele... O Fono precisa orientar o professor*”.

Vale lembrar que, no caso dessa professora, em especial, estava sendo realizado um trabalho de estagiários de fonoaudiologia cujo objetivo inicial era realizar um levantamento, por meio de triagem dos alunos, das suas possíveis alterações. Ela, imaginando (equivocadamente) que eu fosse a professora dessas estagiárias, sente-se à vontade em conferir ao fonoaudiólogo a tarefa de identificar problemas nas crianças. Quando pergunto se entende que a rede pública precisaria de um profissional fonoaudiólogo, ela responde:

Noooooa, eu gostaria, tem duas meninas que estão fazendo fono aqui na minha classe... e eu acho que elas detectaram bastante coisinha na minha classe.

A idéia que tem do fonoaudiólogo é a de que ele está na escola para identificar os problemas de seus alunos e isso, provavelmente, deve-se às suas experiências com esses profissionais que realizam triagens no interior das salas de aula.

Considerando a situação imediata de realização da entrevista, em que Lurdinha se via diante de uma fonoaudióloga, supostamente adepta da prática de realização de triagens no interior da escola, juntamente com as condições sociais mais amplas, em que o profissional especialista vem ocupando lugar de destaque na identificação e tratamento dos problemas dos escolares, compreendemos a autoridade e a importância que ela confere ao especialista clínico:

Como a Luciana é psicopedagoga, com toda autoridade que ela tem, ela conseguiu falar com a coordenadora, porque enquanto eu estava falando parece que não tinha valor, parece que não tinha um profissional da área... Eu tenho uma amiga, maravilhosa, alfabetizadora, mas ela nunca chegaria à especialidade de uma fono.

As palavras de Lurdinha revelam as várias vozes que significam sua profissão, as quais tiram a voz do próprio professor... “*enquanto eu estava falando, parece que não tinha valor*”. Isso faz com que ela acredite que, mesmo “*uma maravilhosa alfabetizadora, nunca chegaria a especialidade de uma fono*”, transferindo à fonoaudiologia um lugar de prestígio.

Vivian

Vivian é fonoaudióloga clínica há 18 anos e há 5 atua no serviço público de saúde. Conhecemos alguns dias antes de nossa entrevista, por motivo de trabalho e, nessa ocasião, como estava selecionando profissionais para entrevistar, convidei-a para participar de meu trabalho. Ela se formou no ano de 1985; em seguida, foi contratada numa instituição destinada a atendimentos de crianças com comprometimentos neurológicos. Permaneceu nesse local durante 9 meses e parou quando teve seu primeiro filho. Concomitantemente a esse trabalho, atuou em clínica, particular e, em 1998, começou a trabalhar na prefeitura. Na clínica sempre trabalhou nas áreas de linguagem oral/escrita, motricidade oral e voz. Sua clientela se constitui, predominantemente, de crianças entre 2 e 10 anos, e, na prefeitura, tem atendido muitos casos neurológicos.

Quanto a sua atualização profissional, referiu que sempre realiza cursos em centros de fonoaudiologia que seguem uma linha mais tradicional de atuação.



O diálogo com Vivian (15/05/2003)

Vivian aceitou verbalmente o convite para a entrevista; no entanto, diversas foram as vezes em que marcamos nosso encontro e ela não pôde comparecer. Encontramo-nos em meu consultório, e a entrevista foi conturbada e apressada, já que a entrevistada chegou com meia hora de atraso e tinha horário marcado para terminar. Nosso diálogo foi interrompido por duas vezes quando ela necessitou fazer alguns telefonemas.

Os enunciados de Vivian, conforme transcrevemos abaixo, ecoam as vozes de Lurdinha, mostrando que é realmente num lugar de destaque que o fonoaudiólogo é significado e, portanto, se insere. Quando questionada sobre o trabalho do fonoaudiólogo junto à escola, ela relata:

Eu penso que a gente tem outras armas, outras possibilidades de avaliação... É o fonoaudiólogo que vai realmente fazer o trabalho, vamos dizer assim vertical. De saber o que tem, onde tem, porque tem e como conduz.

Eu acho que o professor percebe o erro né? Agora porquê do erro, onde está o erro e como lidar com isso, de onde vem esse erro, isso ele não sabe.

Situando o fonoaudiólogo como um especialista com mais recursos que o professor para trabalhar com as crianças que apresentam alterações, reflete o ideário em que se pautou o início de sua profissão, quando o especialista prestava um serviço de apoio à escola e de auxílio ao professor, identificando e tratando as crianças que tinham alterações.

O que transparece nesses enunciados é que entender onde está a alteração da criança e saber trabalhar com ela é sempre papel do especialista e não do professor, ou seja, designa-se o professor como aquele que sabe e pode ensinar somente quem consegue acompanhar um determinado programa de ensino, porque lidar com o erro, “*isso ele não sabe*”.

De acordo com Bakhtin (2000), entendemos Vivian funcionando em seu meio. Suas palavras revelam, não apenas o seu pensamento, mas uma composição daquilo que é pensado, sentido e vivido nas relações entre os sujeitos de seu contexto e grupo social, traduzindo as idéias, os valores desse grupo. Isso nos leva a entender que a autoridade do especialista ainda tem forte representatividade em nosso meio sócio-histórico e cultural, conferindo a esse profissional um lugar privilegiado na compre-

ensão do aluno, o que é reforçado em outros trechos do enunciado de Vivian, conforme transcrevemos a seguir:

Eu faço contato com a escola para ver o que a escola pode estar fazendo...O professor precisa saber como a criança vai caminhar, como ela vai responder à aprendizagem.

Então eu tenho várias experiências assim, então, uma diretora que estava pondo o pescoço dela a risco, porque eu disse, olha, do jeito que essa criança está, dentro desta sala de aula... O que ela está ganhando com o que está sendo oferecido? Nada (...) Depois eu falei com a escola, fiz proposta de acompanhamento desta criança na minha clínica e depois de um tempo eles aceitaram né? As coisas começaram a andar, legal né? Bárbaro, esse é o caminho!

Suas palavras demonstram preocupação em trabalhar com a escola, em conversar com o professor, ela entende que é necessário um trabalho conjunto e integrado entre os profissionais que atendem a criança para que ela “tenha ganhos” na aprendizagem. Os contatos que ela tem com o professor, no entanto, parecem acontecer de forma unilateral. Não percebemos uma relação de troca, de construção, de compreensão mútua sobre o aluno, mas de orientação, prescrição, sempre na direção do especialista para o professor.

Isso está de acordo com toda a concepção que discutimos acima, sobre o lugar que fonoaudiólogo e professor ocupam no acompanhamento do aluno. Se ao especialista é reservada a função de identificar e conduzir os problemas do aluno, então ele também deve informar ao professor sobre os achados patológicos dos alunos e indicar o caminho que deve ser percorrido, “*ver o que a escola pode estar fazendo*”.

A relação entre o professor e o fonoaudiólogo mostra-se assimétrica no que diz respeito ao conhecimento dominado sobre o aluno e sobre as possibilidades de trabalho junto a ele. Isso leva Vivian a acreditar que o aluno não está “ganhando nada” com o que está sendo oferecido na escola. Persuadir a escola sobre a necessidade de um tratamento fonoaudiológico é tarefa desse profissional comprometido com seu paciente, já que, quando a criança tem um acompanhamento, ela melhora, o que faz Vivian se convencer de que “*este é o caminho*”.

Acreditamos, conforme Bakhtin (ibid.), que a relação estabelecida entre Vivian e o professor produz uma realidade própria desse encontro, no qual



o professor continua acreditando que pouco pode fazer por seu aluno e que cabe realmente ao especialista determinar o que a criança tem e como conduzir seu aprendizado.

Marlene

Marlene está cursando o mestrado e é professora de classe especial, aspecto que me interessava para a entrevista. Formou-se em pedagogia, na área de deficiência mental em 1992. Depois que saiu da faculdade, começou a trabalhar na APAE. Sua intenção, nessa época, era continuar em instituições com crianças mais comprometidas. Mesmo depois de ter saído da APAE, continuou trabalhando com psicose, autismo, crianças com deficiência mental grave. Ela comentou que se “cansou” de trabalhar em instituição, porque se estressava muito e começou a trabalhar no “Estado”. Nos primeiros cinco anos, estudava para prestar mestrado na área de autismo, porque gostava muito desta área. No entanto, conforme foi trabalhando no Estado, começaram a surgir novas indagações a respeito da educação de uma maneira mais ampla, principalmente com relação à questão da inclusão. Antes de entrar no mestrado, procurava se atualizar por meio de livros.

O diálogo com Marlene (14/03/03 e 23/03/03)

Marlene aceitou prontamente o convite para fazer parte de minha pesquisa. Encontramo-nos em sua casa, onde ela me esperava com um lanche na mesa. Nesse clima de descontração, iniciamos nossa entrevista.

Conforme apontam os enunciados abaixo, Marlene, diferentemente de Lurdinha, insere-se em um lugar onde tem autonomia e autoridade para trabalhar com seus alunos. Ela não concorda com os encaminhamentos de crianças com alterações de leitura e escrita para profissionais especializados, tomando para si a responsabilidade de alfabetizá-los:

Continuam procurando outros profissionais para justificar um pouco a nossa, não é nem incompetência, é incapacidade de resolver toda a problemática social que vem se desenrolando na escola. Então assim, antes tínhamos que mandar porque não tínhamos voz, um fono falava mais do que a gente, um psicólogo falava mais, um médico então, nem se fala... Com essa nova legislação, ela mudou, ela falou que quem vai decidir somos nós educadores.

Eu muitas vezes não encaminho, porque o profissional acaba aparentando que está fazendo algu-

ma coisa para te ajudar, aí as mães creditam muita esperança numa criança que, às vezes, não está respondendo.

Então veja, dependendo da avaliação que eu faço, eu não encaminho... Não acho que o profissional vai resolver o meu problema.

Os enunciados de Marlene revelam que encaminhar um aluno para justificar a incapacidade do professor a incomoda, e aponta a lei como uma confirmação de sua autonomia e liberdade para decidir o que deve ou não fazer com seus alunos. Defendendo sua autoridade de professora, reconhece e assume seu papel de educadora.

Compreendemos que o fato de ela ter trabalhado durante muito tempo em instituições, alfabetizando crianças gravemente comprometidas, tenha contribuído para que ela se identifique como um profissional capacitado para ensinar mesmo as crianças com desenvolvimento atípico.

Ela critica a crença dos pais de que o especialista é melhor do que o professor para trabalhar com seu filho e, mais que isso, o especialista certamente resolverá o problema da criança. Marlene não acredita que o profissional seja portador de um saber mágico que resolva os problemas que ela não consegue resolver na sala de aula. Talvez isso ocorra porque a realidade da classe especial onde Marlene atua é diferente da realidade da classe regular. A ela também é dada a responsabilidade e o saber “a mais” para conduzir as crianças que não são alfabetizadas nas classes regulares, conforme revelam os seguintes enunciados:

Falo isso porque percebo, quando encaminham para a classe especial, da classe regular, elas falam pra gente, vê o que você pode fazer com ele...

Leva! Não tá dando, não dá, ele atrapalha, ele não vai, ou seja, um rol de coisas de não fazer e que ele deve se livrar e que daí ele passa para os outros.

O que o professor tem em mente, o que ele pensa quando encaminha para o fono é assim: eu não quero dar conta, o que você mais ouve é assim, ele não tá aprendendo, mas eu já mandei. Então tira a minha culpa e joga o problema para o outro. É isso que eu vejo, por isso que em alguns momentos eu tento não estimular o encaminhamento.

A lógica que rege o encaminhamento de crianças para a classe especial parece ser a mesma que rege o encaminhamento para as clínicas: a transferência de um problema. Nesse sentido, justifica-se a postura de autoridade de Marlene diante da condu-



ção do processo de alfabetização de seus alunos. Na escola, ela funciona como “o especialista”, o que tem melhores condições de trabalho, que estudou para atender crianças que apresentam alterações.

Acontece que Marlene percebe que o problema está no sistema e que encaminhar é chegar a um limite de não agüentar as pressões desse sistema.

Importante lembrar que Marlene trabalhou por algum tempo em instituição especializada, onde tinha contato com fonoaudiólogos, o que permite que ela tenha uma visão desse profissional, além da relação professor da rede pública/fonoaudiólogo clínico.

Conforme Bakhtin (2002), compreendemos que os enunciados de Marlene são uma fração de vários outros enunciados que a atravessaram, textos oficiais, textos científicos, entre outros, que permitem a reflexão sobre sua prática. Suas palavras revelam inovações no modo de o professor pensar e se posicionar e não podem ser tomadas como produções individuais, mas sim, como idéias de um grupo social que acena para as possibilidades do professor.

Dora

Dora é fonoaudióloga, está cursando mestrado e atualmente trabalha em clínica particular. Um dos critérios que me levou a convidá-la para ser sujeito de minha pesquisa foi sua postura sempre reflexiva sobre as crianças que não aprendem a ler e escrever. Formou-se em fonoaudiologia no ano de 1982. Iniciou sua carreira profissional em uma cidade distante de sua casa, trabalhando em uma instituição para deficientes, onde permaneceu por dois anos; depois preferiu retornar para uma cidade mais próxima da família. Trabalhou numa clínica médica para atender os usuários do SUS, lugar onde Dora relata ter atendido grande quantidade de crianças com alterações de leitura e escrita, que vinham encaminhadas das escolas estaduais e municipais. Depois, ela passou a trabalhar, nessa mesma cidade, em um lar-escola, uma instituição que atendia crianças com alterações neurológicas.

Quando saiu do lar-escola, voltou para sua cidade de origem, onde foi convidada a trabalhar em uma clínica interdisciplinar com terapeuta ocupacional, fisioterapeuta e psicóloga, local onde permaneceu por 6 anos. Por motivos pessoais, parou de atuar como fonoaudióloga durante 3 anos. Após esse período, começou a trabalhar em uma

outra instituição, que atendia crianças com múltiplas deficiências, onde ficou 5 anos e depois foi chamada a trabalhar com uma terapeuta ocupacional no consultório, saiu da instituição e permanece nesse consultório até hoje. Sua atualização profissional, até o mestrado, foi por meio de livros.

O diálogo com Dora (05/03/2003 e 12/03/2003)

Dora aceitou prontamente o convite para participar de meu trabalho, revelando, no entanto, forte preocupação com a preservação de sua identidade. Nossas conversas aconteceram após o horário do almoço e nas salas de aula da faculdade onde estudava.

Foram necessários dois encontros para concluirmos a conversa, já que, no primeiro encontro, por questões de limitação de tempo, Dora relatou sobre sua trajetória profissional sem que entrássemos especificamente no tema de nosso trabalho – o encaminhamento das crianças com alterações de leitura e escrita para as clínicas.

Seus enunciados questionam a relevância do fonoaudiólogo no atendimento de crianças com alterações de leitura e escrita:

Uma questão que eu tenho, assim, angústia, é o papel do fonoaudiólogo, pelo seguinte: percebendo que a criança aprendia que, portanto, elas não tinham problemas que impossibilitassem eles terem acesso à leitura e escrita, você começa a perceber que algum problema tem na escola... Então eu comecei a achar assim: pôxa vida, qual é o papel do fono?

Compreendemos que ela não tem segurança sobre seu papel diante das alterações de leitura e escrita, porque entende que o problema não está na criança, mas no sistema de ensino; por outro lado, não acha que negar o atendimento a essas crianças seja a solução:

Porque o fono, ao receber essas crianças, afirmam, confirmam a opinião da escola, de que realmente é um problema individual, que está na criança e que, portanto, precisam de um especialista... Então, eu realmente questiono, agora por outro lado, a criança chegou até mim, está diante de mim, eu vou cruzar os braços ou eu vou falar vai embora?

Dora compartilha das concepções de constituição social do sujeito, conforme sugerem Vigotski (1998) e Bakhtin (2000), entendendo que as alterações de leitura e escrita apresentadas pela crian-



ça não necessariamente são inerentes a ela; ao mesmo tempo, por ser fonoaudióloga e receber essas crianças, acredita que tenha algo a fazer por elas. Diante desse impasse, ela sugere:

Ou teria que ter, eu teria que ter um embate com a escola, eu teria que, cê entendeu? Fazer um trabalho na escola, que eu não sei como seria viável, se eu teria acesso, se a escola me abriria a porta.

Ela compreende que as alterações de leitura e escrita da criança têm uma relação com as experiências escolares da mesma, nega o individual em detrimento do social. Dessa forma, sugere que o fono não atue com a criança em particular apenas, mas tenha “*um embate com a escola*” e tem uma idéia de como seria desejável a atuação do fonoaudiólogo com/na escola:

Eu acho que o fonoaudiólogo é um profissional que tem muito a dar, tem muito a contribuir, mas ele teria que estar inserido na escola, do meu ponto de vista, de uma forma diferente. Ele teria que participar do planejamento, participar das atividades que são elaboradas.

O fono pode ajudar, por exemplo, a professora a perceber como é essa relação dialógica da professora com os alunos, como é que ela apresenta essa linguagem escrita para essas crianças, que pistas ela tem se essas crianças estão se apropriando ou não? Que meios poderiam ser utilizados, através da própria linguagem com a própria linguagem, atuando sobre a linguagem? Como é que ela poderia estar atuando sobre todas essas questões, enfim, é trabalho que não falta, é trabalho que não falta.

Quando sugere uma atuação diferente, Dora se refere à atuação do fonoaudiólogo escolar que não seja a de se limitar a realizar triagens e encaminhamentos para a clínica, porque ela conhece a história da fonoaudiologia escolar, que iniciou marcada pela procura de problemas nos alunos. “*Participar do planejamento e das atividades que são elaboradas*” é atuar na escola e não no aluno. Ajudar a professora a perceber como é sua relação dialógica com os alunos é atuar na relação ensino/aprendizagem e não no conserto do aluno, é acreditar nas possibilidades desse aluno, é investir em estratégias que possam contribuir com seu aprendizado.

Dora propõe uma atuação voltada para a linguagem, para os processos de desenvolvimento do sujeito, sugerindo um enfoque menos clínico e mais educacional. Ela elenca uma série de ações perti-

nentes do fonoaudiólogo dentro da escola e afirma que “*ele tem muito a dar, muito a contribuir, pode ajudar, tem trabalho que não falta*”.

No entanto, ao mesmo tempo em que identifica ações pertinentes do fonoaudiólogo na escola, entra em conflito:

Por outro lado eu não sei se eu não to querendo cavar lugar, mão-de-obra. Porque eu to querendo arrumar lugar para o fono ficar porque eu sou fono e acho que fono tem que estar inserido, então o psicólogo também tem que estar, também tem que ter pedagogo, certo? Quer dizer...

Dora acena aqui para a questão da escola higiênica, como se fossem necessários profissionais da área de saúde no interior da escola para orientar os professores sobre como conduzir seu trabalho. Ela se posiciona contra essa idéia e receia que atuar na escola seja “cavar” um lugar. Então, ao mesmo tempo em que enxerga possibilidades importantes de atuação do fonoaudiólogo na instituição escolar, voltado para estratégias de ensino/aprendizagem, não está certa da real necessidade desse profissional.

Parece-nos que Dora aponta uma questão difícil de resolver: se, por um lado, tem-se a reflexão crítica de que atender as crianças com alterações de leitura e escrita em consultório particular é atestar a favor da dificuldade individual da criança, por outro lado, se não atender essa criança na clínica, o que fazer? Atuar nas escolas seria a saída, mas aí ficariam atestadas as limitações do professor, da escola. Será que a escola necessita de profissionais externos para se sustentar ou continua-se na clínica sustentando a escola? Quando questionada sobre isso, Dora responde: “*Não me pergunte, não pergunte, eu não tenho respostas para dar em relação a isso*”.

Dora parece não ter resolvido essa questão, que muitos fonoaudiólogos certamente não conseguem resolver. O que está em jogo é o desenvolvimento da criança que, ao chegar ao consultório, justifica a atuação do fonoaudiólogo, cujo papel terapêutico é acolher aquele que necessita de ajuda. Ela atende na clínica, mas parece que não encontrou ainda um espaço para discutir esse atendimento na escola.

Apesar das incertezas e dos questionamentos sobre sua atuação, mais adiante, suas palavras anunciam o que acredita ser necessário à escola e ao profissional que nela atua:



Depende da concepção do fono que está na escola, do que é linguagem oral e do que é linguagem escrita, do que é linguagem no geral.

Eu acredito que quem tem o pressuposto de que a linguagem é constitutiva da pessoa, a crença nisto, faz com que para que eu me modifique profissionalmente, eu também, eu modifico em mim enquanto pessoa, desvinculada do profissional que eu sou.

Entendemos que Dora insere um aspecto importante aqui. Ela se afasta do profissional em si e aproxima-se da concepção de linguagem que esse profissional tem. Ela retira a especificidade do profissional, independentemente de ser fonoaudiólogo ou professor: o importante é ter uma concepção de linguagem que permita refletir sobre as mediações do educador, é entender que a linguagem do educador é constitutiva do aprendizado da criança. Em vez de cavar um lugar para o fonoaudiólogo, sugere um lugar para a reflexão sobre a linguagem no espaço educacional, linguagem essa que deve ser foco de qualquer profissional preocupado com a educação.

Algumas considerações

Compreendemos, com este trabalho, que o fonoaudiólogo ocupa lugar de destaque e prestígio no atendimento das crianças com alterações de leitura e escrita, e que essa idéia está de acordo com as relações existentes entre esses profissionais.

Os enunciados dos professores indicam que eles ainda significam os fonoaudiólogos como profissionais que trabalham apenas sobre o individual e, por isso, só o identificam a partir de uma atuação mais tradicional e tecnicista. Da mesma forma, as palavras dos fonoaudiólogos revelam os professores como profissionais que trabalham apenas com modelos pedagógicos fechados, sem condições de refletir sobre as dificuldades dos alunos e propor caminhos alternativos de ensino. Certamente, o ideário que os profissionais têm uns dos outros está pautado na forma como essas profissões se constituíram e se cruzaram ao longo da história e que se imprime na sua consciência sobre tais profissões, assim como as interações que fonoaudiólogos e professores estabeleceram em suas histórias de vida marcam a forma como se entendem, se relacionam.

Compreendemos que é necessária uma ressignificação desses papéis. É preciso que professores ampliem suas idéias acerca das possibilidades do

fonoaudiólogo e vice-versa, a fim de que essas áreas possam se entrelaçar e se aproximar, ao invés de se distinguirem e se segmentarem, como parece ocorrer.

Acreditamos que, se houver uma mudança na forma como o fonoaudiólogo se posiciona diante das questões educacionais, alterando o paradigma da profissão do âmbito estritamente da saúde para o âmbito também educacional, os professores poderão, aos poucos, alterar o ideário que têm desse profissional.

Enquanto houver crianças chegando às clínicas por encaminhamento de professores, não há como não atendê-las. No entanto, há como os fonoaudiólogos mostrarem aos professores que eles têm condições, podem e devem alfabetizar, que a criança não tem um problema inerente a ela mesma e que o atendimento individual da criança em consultório não é a única condição de trabalho para o sujeito.

Se o professor se depara com dificuldades no interior das salas de aula, o fonoaudiólogo também se depara com dificuldades no consultório, dificuldades de encontrar a atuação acertada com cada sujeito, de atribuir sentidos às suas produções e ressignificá-las. O professor que encaminha não deveria entender que transferiu um problema, mas que ganhou um parceiro. O fonoaudiólogo que atende não deveria entender que cabe a ele resolver o problema, mas ajudar a compreendê-lo.

Referências

- Bakhtin M. Estética da criação verbal. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes; 2000.
- Bakhtin M. Marxismo e filosofia da linguagem. 10.ed. São Paulo: Hucitec; 2002.
- Berberian AP. Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico. São Paulo: Plexus; 1995.
- Ferreira LP, organizadora. O fonoaudiólogo e a escola. São Paulo: Summus; 1991.
- Giroto CRM, organizadora. Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola. São Paulo: Plexus; 1999.
- Patto MHS. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T A Queiroz; 1993.
- Vigotski LS. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes; 1998.

Recebido em dezembro/04; **aprovado em** fevereiro/06.

Endereço para correspondência

Cinthia Lucia de Oliveira Siqueira
Rua Marechal Deodoro, 2320, Piracicaba, SP,
CEP 13418-565

E-mail: cinthiasiqueira@terra.com.br

